

A TRAMA DA CRIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA JOÃO DE DEUS DE BRAGANÇA EM 1915

Luís Castanheira (luiscastanheira@ipb.pt)

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

Resumo

O trabalho que aqui se apresenta pretende trazer para o espaço público educativo português, elementos novos sobre o processo da criação de Jardins-escola João de Deus em Portugal, nomeadamente a tentativa de criação e construção de um Jardim Escola João de Deus na cidade de Bragança no ano de 1915. Com a implementação da 1ª república em 1910, pretendia-se construir uma nova sociedade e de um homem novo assente na educação a começar no jardim-de-infância. A reforma da instrução primária em 1911 (Decreto-29/3/1911, in DG, N°73) decretava a criação de jardins-de-infância por todo o país. Inserido neste movimento, na cidade de Bragança, surgiu a ideia de se criar o Ensino Infantil através Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus e foi nesta base que se desenvolveu todo o procedimento inicial. A trama começa aqui envolvendo figuras de destaque da cidade. O Jardim-Escola João de Deus e a Escola Infantil foram criados como sendo a mesma instituição. Só mais tarde, em março de 1916, se diferenciaram como entidades diferentes. Criou-se a Escola infantil pública inaugurada em 1917 tendo o Jardim-escola servido apenas como pretexto. A História da Educação de Infância em Portugal não regista a existência de qualquer Jardim-Escola João de Deus na cidade de Bragança nem faz qualquer referência sobre o assunto.

Indagamos a possibilidade da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus ter criado nesta data mais um Jardim-Escola no País, em Bragança, pois a ser verdade, seria digna de registo a capacidade de alargamento e difusão que teve o projeto, quando sabemos, que era de iniciativa particular e conhecedores da crise por que Bragança e o País passavam. Averigüei se de facto

se tratava do mesmo, ou se eram processos diferentes e se o poder central incentivava e apoiava a construção de Escolas Infantis através da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus e se teria intenção em tomar como oficiais as Escolas Infantis criadas por esta Associação.

Palavras-chave: História da Educação; Jardim-de-infância João de Deus; Bragança; 1ª República.

Abstract

The work presented here aims to bring to the public Portuguese educational space new elements about the process of creation of João de Deus kindergarten in Portugal, and in particular the attempt of creating and building a kindergarten in the city of Bragança in the year 1915. With the implementation of first Republic in 1910, it was intended to build a new society and a new man based on education, starting in kindergarten. The reform of basic education in 1911 (Decree-29/3/1911, in DG, paragraph 73) declared the creation of kindergartens throughout the country. Inserted in this movement, in the city of Bragança, it was conceived the idea of creating the children's Education through Association of Mobile Schools and kindergartens Schools João de Deus and it was on this basis that all the initial procedure developed. The plot starts here involving prominent figures of the city. The private João de Deus Kindergarten and the official Kindergarten were created as the same institution. Only later, in March 1916, they were differentiated as different entities. The public kindergarten opened in 1917 having kindergarten served only as a pretext. The story of the Childhood Education in Portugal does not mention João de Deus Kindergarten in the city of Bragança or makes any reference on the subject.

Canvassed on the possibility of Association of Mobile Schools and kindergartens Schools, João de Deus was created on this date as a kindergarten in the country, in Bragança, because to be true, it would be worthy of record to analyze the capacity and the diffusion which took the project, when we know, it was of private initiative and because of the crisis the country was going through. I have ascertained if in fact it was the same, or if they were different processes and whether the central Government encouraged and supported the construction of Kindergartens through the Association of Mobile Schools and kindergartens Schools João de Deus and had intention in taking as officers playschools created by this Association.

The research paradigm that underlies the study integrates a hermeneutical perspective, using methodologies of qualitative analysis on multidimensional interpretation of the problems addressed and on a document search heuristics.

Keywords: History of education; Kindergarten João de Deus; Bragança; 1st Republic.

Introdução

O objeto de investigação deste trabalho insere-se no seio da História da Educação de Infância, através do estudo da tentativa de criação e abertura de um Jardim Escola João de Deus na cidade de Bragança no ano de 1915. Trata-se de uma experiência em Educação de Infância influenciada pelas ideias de modernidade pedagógica que se faziam sentir no País.

No ano de 1915 foi criada em Bragança uma Escola Infantil pública que começou a funcionar em janeiro de 1917 e viria a funcionar até 1934 com 3 salas para crianças dos 3 aos 6 anos de idade (Castanheira, 2006). Para compreendermos como foi o processo da criação desta Escola Infantil

de Bragança, temos de conhecer o processo de criação de um Jardim-Escola João de Deus na mesma cidade e na mesma altura. O pensamento era criar o Ensino Infantil em Bragança, através do Jardim-Escola João de Deus e foi nesta base que se desenvolveu todo o procedimento inicial. O Jardim-Escola João de Deus e a Escola Infantil foram criados como sendo a mesma instituição. Só mais tarde, em março de 1916, se diferenciaram como entidades diferentes.

O paradigma de investigação que sustenta o estudo integra-se numa perspetiva hermenêutica, utilizando metodologias de análise qualitativa na interpretação multidimensional dos problemas equacionados e numa heurística de procura de documentos.

O Jardim-Escola João de Deus de Bragança

Quem teve a iniciativa de trazer o Ensino Infantil para Bragança foi o Advogado e Deputado Democrático no Congresso da República Dr. Artur Camacho Lopes Cardoso, que veio a ser nomeado Presidente da Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus de Bragança. Este envolveu o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Bragança – Carlos Alberto de Lima e Almeida, e o Diretor Escolar do Círculo de Bragança – Augusto Ladeiro. Foram estas três individualidades da cidade que desencadearam todo o processo.

O processo de criação do Jardim-Escola João de Deus foi iniciado: A Câmara de Bragança cedeu o terreno e comprometeu-se a ajudar financeiramente a sua construção, além de prometer ajuda no mobiliário e materiais; o projeto de construção do edifício foi realizado, mas a sua edificação nunca chegou a concretizar-se apesar das diligências efetuadas, mas serviu de base ao processo que levou à abertura, em 1917, da EIB. Esta foi criada em 6/11/1915, pensando-se que se tinha criado um Jardim-Escola João de Deus. No entanto, o processo foi assente em toda a base legal de uma escola oficial e tratado com o Ministério da Instrução Pública, como sendo, uma Escola Infantil oficial.

A História da Educação de Infância em Portugal não regista a existência de qualquer Jardim-Escola João de Deus em Bragança neste período do nosso estudo, nem até aos dias de hoje. Sobre a EIB apenas encontramos referência sobre a sua existência depois de 1926/27, (Gomes, 1977:82). As investigações de Gomes, de Cardona (1997), e recentemente de Saraiva (2003) na sua tese de Mestrado, *Práticas Educativas nos Jardins-Escolas João de Deus*, apenas se referem à criação de quatro Jardins-Escolas João de Deus, como referimos anteriormente. Glória Saraiva refere-se à criação no ano de 1927 de mais um Jardim-Escola João de Deus em Alhadas, no Concelho da Figueira da Foz. Na região de Trás-os-Montes, segundo a mesma autora, apenas se construiu um, em Chaves, no ano de 1948.

Indaguei a possibilidade da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus ter criado nesta data mais um Jardim-Escola no País, em Bragança, pois a ser verdade, seria digna de registo a capacidade de alargamento e difusão que teve o projeto, quando sabemos, que era de iniciativa particular e conhecedores da crise por que Bragança e o País passavam.

Durante a minha pesquisa, encontrei várias referências à intenção da criação de um Jardim-Escola João Deus e de uma Escola Infantil. Fiquei na dúvida se as pessoas envolvidas no processo de criação saberiam destrinçar que eram Instituições com o mesmo fim, mas de caráter diferente. Procurei averiguar se de facto se tratava do mesmo, ou se eram processos diferentes e se o poder central incentivava e apoiava a construção de Escolas Infantis através da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus ou se teria intenção em tomar como oficiais as Escolas Infantis criadas por esta Associação.

Naquele período, utilizava-se a expressão “Ensino Infantil” quando se referiam à Educação de

Infância, e “Escola Infantil” ou “Jardim-Escola”, para se referirem ao Jardim-de-Infância, (Art.º21.º do Decreto-29/3/1911, in DG, N.º73).

Segundo o art. 52.º do Decreto-lei n.º 2887, (DG, de 23/12/1916), as Câmaras Municipais e o Governo podiam subsidiar as escolas de iniciativa particular, quando reconhecidamente úteis, desde que funcionassem em localidades onde não houvesse escolas oficiais do mesmo nível de ensino, e em especial se destinassem ao Ensino Infantil. O Jardim-Escola João de Deus reunia todas estas condições, bem como a cidade de Bragança, onde não havia nenhuma Escola Infantil. No entanto, na altura em que se iniciou o processo da sua criação nesta cidade, esta legislação ainda não tinha sido publicada. O processo iniciou-se em julho de 1915 e este Decreto foi publicado em dezembro de 1916.

Na sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança (CECMB), de 22/7/1915 iniciou-se o processo para se criar em Bragança o Ensino Infantil. O Presidente deste órgão depois de se pronunciar sobre as suas vantagens propôs a criação de um Jardim-Escola que se designaria João de Deus, nos seguintes termos:

O Sr. Presidente que pôs em relevo as vantagens que para as crianças de Bragança adviriam da criação de um Jardim-Escola onde elas, por meio de exercícios e jogos próprios da sua idade, possam desenvolver-se fisicamente, condição essencial e indispensável para o robustecimento da raça portuguesa. Que para tal fim carecíamos de um edifício adequado e não podemos esperar tudo do poder central; necessário é pois, que a iniciativa particular ou, na falta desta, a das Corporações Administrativas desse também um impulso e prestasse a sua cooperação e, neste sentido, enviou para a mesa a seguinte proposta: Sendo de reconhecida e indiscutível vantagem a criação de um Jardim-Escola nesta cidade, mas atendendo a que este Município não está, infelizmente, em condições de poder levar a efeito a construção do respectivo edifício, proponho que a Câmara ofereça ao Exm.º Ministro da Instrução a quantia de 1.200\$00 destinada a auxiliar a mesma construção e o terreno preciso para aquele fim de modo que a escola que será denominada João de Deus, comporte um número de crianças não inferior a 50 (AHCMB, Lv.19, 1915:119f e v).

A Câmara deliberou sobre a criação da Ensino Infantil em Bragança no dia 28/8/1915, tomou a responsabilidade pelo fornecimento de material e mobiliário e disponibilizou o edifício onde funcionaria a escola provisoriamente enquanto não se construísse edifício próprio, para o efeito. A escola era criada nos termos do Decreto n.º134, de 15/9/1913, que atribuía competências às Câmaras Municipais para organizar os processos de criação, conversão ou supressão e transferência de escolas de instrução primária, tornando-se necessário determinar as condições em que deviam ter lugar. (AHCMB, Lv. 19, 1915:128f e v).

Nesta altura, ainda se pensava que a Escola Infantil a instalar era o Jardim-Escola João de Deus, como se deduz da referência feita na Ata da sessão de 22 de julho, “escola que será denominada João de Deus”.

O Inspetor Escolar fez, como lhe competia, as diligências com a Câmara e com o Ministério para avançar com o processo. Na tentativa de resolver tudo da melhor forma possível, envia em 26 de agosto do mesmo ano ofício à Câmara a pedir a planta da casa onde ia ser instalada provisoriamente a Escola Infantil, (AHCMB, Lv. 19, 1915:130v).

O Inspetor Escolar Augusto Ladeiro tratou de organizar todo o processo de criação da escola para enviar ao Ministério da Instrução. Alegando ordens superiores pediu à Câmara, uma declaração dos compromissos que esta se obrigou a cumprir. O processo que o Inspetor estava a desenvolver revelou-se ser para uma Escola Infantil oficial e não para um Jardim-Escola João de Deus. Estava a

ser criado pela Câmara e respeitava a legislação do Regulamento da Reforma da Instrução Primária de 23/8/1911, ao referir-se explicitamente aos artigos 6º., 7º., 8º., 9º., 10º., 11º., 12º., e 13º., que são precisamente aqueles respeitantes às condições das dependências da escola e respetivo equipamento. Apareceu também um dado novo: as despesas com os professores e demais funcionários eram pagas pela Câmara. No entanto, continuava evidente a referência à sessão de 22 de julho.

...em cumprimento de ordens superiores e a fim de dar andamento ao processo da criação da Escola Infantil nesta cidade, que esta Câmara se digne declarar que se responsabiliza por todos os encargos provenientes da criação da referida escola, casa, mobília e material escolar, vencimentos dos professores e mais pessoal, etc, etc.; e que relativamente à instalação provisória da escola, enquanto se não adquirir casa que satisfaça todas as condições regulamentares, esta corporação se responsabiliza na - mesma Ata - por uma preparação da proposta, bem como pela aquisição do respetivo mobiliário e utensílios escolares, tão completo quanto necessário para que tudo se aproxime o mais possível das condições impostas pelos artigos 6º., 7º., 8º., 9º., 10º., 11º., 12º., e 13º., do Decreto regulamentar de 23 de Agosto de 1911. A Comissão deliberou responsabilizar-se por todos os encargos resultantes da criação da Escola Infantil nesta cidade, tais como mobília e material escolar, e vencimentos de todo o pessoal; e quanto à casa, enquanto não se construir um edifício próprio, para o qual esta corporação se prontificou a contribuir com a quantia de 1.200\$00, como consta na Acta da sessão de 22 de Julho do ano corrente, se compromete também a fazer as necessárias obras e adaptações na que esta Câmara possui para tal fim, bem como para adquirir o respectivo mobiliário e utensílios escolares, em quantidade suficiente para o seu regular funcionamento (*AHCMB, Lv.19, 1915:145f e v*).

O Presidente da CECMB, enviou ofício ao Inspetor Escolar com todos os dados pedidos, (*Correspondência expedida da CMB, 21/10/1915:fls.197*). Mantinha os compromissos assumidos e continuou a referir-se à deliberação tomada em 22 de julho, relativa à criação “Escola Infantil João de Deus”.

Entretanto, o Presidente da CECMB, oficiou também ao Ministro da Instrução a pedir subsídio para a construção do edifício nos seguintes termos:

...seja concedido um subsídio que baste para ocorrer às despesas com a construção do edifício destinado à instalação de um Jardim-Escola nesta cidade que dele tanto carece. Esta corporação está possuída do melhor desejo de impulsionar e desenvolver a instrução popular e disto dá exuberantes provas oferecendo para tal fim a quantia de 1.200\$00, e lastima não poder por si só custear todas as despesas, mas é-lhe isso vedado pelo estado do seu cofre (*AHCMB, Lv. Correspondência expedida 1914-1935:197*).

Encontrei uma referência ao Jardim-Escola na troca de correspondência entre o Presidente da CECMB e a Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus, informando esta instituição sobre o desenvolvimento do processo, das intenções e responsabilidades assumidas pela Câmara em criar o Jardim-Escola João de Deus (*AHCMB, Lv. Correspondência expedida, 1914-1935, nº503, e nº506, de 1915*). Esta correspondência tornou o processo mais claro para a CECMB, porque ficou ciente de que se tratava de duas Instituições diferentes. O Presidente informou a Associação que a Escola Infantil funcionaria em edifício adaptado enquanto não se construísse o edifício novo do Jardim-Escola João de Deus, para o qual se transferiria, depois, o mobiliário e material escolar existente.

Em 18/11/1915 um Jornal local noticiou num artigo denominado “Escola Infantil ou Jardim-Escola” que, tinha sido criada uma Escola Infantil em Bragança no dia 6 de novembro, (*Notícias de Bragança*, Ano IV, Nº 196, 18/11/1915:2). Não se tratava efetivamente do Jardim-Escola João de Deus mas sim da EIB. Posteriormente iniciaram-se as obras de adaptação na casa onde veio a funcionar (*AHCMB*, Lv. 19, 1915:194f).

Entretanto o processo de construção do edifício do Jardim-Escola João de Deus continuou. Em dezembro de 1915, ficou acordado o local onde iria ser implantado. Seria no largo contíguo ao Hospital Civil que fora recentemente construído (*AHCMB*, Lv. 19, 1915:184v).

Em março de 1916 instalou-se em Bragança a Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, formada pelas individualidades atrás referidas. O Jornal *Notícias de Bragança* (Ano V, Nº. 212, 9/3/1916:2) noticiava o assunto, fazendo referência num artigo com título bem expressivo, “Jardim-Escola João de Deus”, à criação do Jardim-Escola e ao apoio da Câmara para a sua construção.

Está definitivamente estabelecido a fundação nesta cidade de um Jardim-Escola filiado àquela associação para educação de crianças de 4 a 7 anos. Já se acha instalada a Comissão Auxiliar da Associação nesta cidade. A Câmara Municipal deste concelho oferece o terreno, um subsídio de 1.200\$00 e a mobília e material escolar quando o edifício estiver concluído, tomando a Associação a seu cargo todas as restantes despesas de construção que estão calculadas em 7 contos aproximadamente, e bem assim o custeio da escola.

O Inspetor Escolar Augusto Ladeiro referiu-se às intenções da criação deste Jardim-Escola, diferenciando-o da Escola Infantil. Referiu explicitamente que o Jardim-Escola era de iniciativa particular e pertencente à Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, onde a Câmara e o Estado não tinham interferência, ao contrário da escola oficial infantil.

Mercê da iniciativa particular, uma comissão auxiliar, por intermédio da benemérita associação das escolas moveis e Jardins- Escola – João de Deus, com o generoso impulso da Câmara, projecta a construção de um edifício e criação do Jardim-Escola João de Deus que particular e independentemente da escola oficial infantil, com carácter diferente desta, embora tendente ao mesmo fim, devera também funcionar naquele edifício que será construído nesta cidade admitindo crianças dos 4 ate aos 9 anos de idade.[...], Pertence à associação das escolas móveis João de Deus, onde não tem interferência nem a Câmara nem o estado (*Ladeiro, AHCMB*, Lv. 20, 1917:156 f e v).

Ladeiro esclarecia que era frequente haver quem confundisse creche com asilo, mas o que era mais grave era confundir Escola Infantil com Jardim-Escola João de Deus (*Ibid.* 152v).

A divisão do processo, surgiu, em nosso entender, quando a Câmara se apercebeu que não tinha qualquer tipo de interferência na gestão do Jardim-Escola João de Deus por ser de iniciativa particular.

A partir daqui, os processos seguiram caminhos diferentes. A EIB seguiu o percurso de preparação para a sua abertura que veio a acontecer em janeiro de 1917. O Jardim-Escola João de Deus continuou com o objetivo claro de construir um edifício próprio. Acabamos por encontrar referência a duas Instituições de Educação de Infância em Bragança no período da primeira República.

Projeto do Jardim-Escola João de Deus em Bragança

João de Deus Ramos sabia que não era fácil abrir uma escola numa altura de crise no País como a que se vivia, muito mais espinhoso seria abrir um Jardim-Escola. Seria essencial a ajuda da iniciativa particular e das Corporações Administrativas, além do Poder Central. Por isso, colocou na Comissão Auxiliar as principais figuras da cidade.

A Associação procurou nomear para a Direção da Comissão Auxiliar, pessoas ilustres e com poder, pertencentes à elite da cidade, conscientes que isto facilitaria o processo.

Já se acha instalada a Comissão Auxiliar da Associação nesta cidade, que é constituída pelos Exmos. Srs. Dr. Lopes Cardoso, Presidente, Dr. Henrique Paz Júnior, secretário, Alberto Franco, tesoureiro, e vogais Olímpio Dias, engenheiro e Augusto Ladeiro, Inspector Escolar e antigo pensionista do Estado para o estudo do método Froebel, em que se tornou uma verdadeira competência. Esta comissão agregou os Srs. Carlos Alberto Almeida, Presidente da Comissão executiva da Câmara e José António Rodrigues de Paula, conceituado negociante (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º. 212, 9/3/1916:2).

Surpreendido fiquei também, por saber que João de Deus Ramos teve participação direta no projeto da criação deste Jardim-Escola.

Não menos digno de louvor e da nossa gratidão é o ilustre deputado João de Deus Ramos, filho do emérito Educador João de Deus e que tanto se tem empenhado pela vulgarização do seu método e que tem hoje um lugar de destaque na orientação da instrução publica pela simpatia com que acolheu a iniciativa da criação do Jardim-Escola de Bragança e pela boa vontade com que auxiliou a sua realização (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º212, 9/3/1916:2).

João de Deus Ramos poderia ter sido influenciado por alguém com contactos em Bragança ou foi ele próprio que moveu influências para alargar o campo de ação da sua Associação. Essa influência, em nosso entender, foi exercida por Artur Lopes Cardoso, deputado no Congresso pelo Partido Democrático e muito ligado às causas da educação, que viria a ser o Presidente da Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de Bragança. Lopes Cardoso chegou mesmo a deslocar-se a Coimbra para tratar diretamente com João de Deus Ramos sobre aspetos do processo, como podemos constatar através da troca de correspondência entre a CECMB e a Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus (AHCMB, *Lv. Correspondência expedida*, 1914-1935, N.º. 503, 1915).

O Jardim-Escola reunia todas as condições para ser um sucesso. A Associação desempenhou, entretanto, um papel importantíssimo de divulgação do Ensino Infantil. Nas primeiras páginas de alguns jornais apareciam alusões à sua importância, prestando dessa forma um importante contributo de divulgação. João de Deus Ramos deve ter dado instruções à Comissão da Associação para a divulgação da importância e das vantagens da educação das crianças dos quatro aos sete anos de idade, como ia fazendo pelo País. Começava a tomar-se consciência da importância de prestar o máximo de esclarecimentos sobre esta nova forma de estar na educação e de estar na escola, procurando assim divulgar e aumentar a rede de Jardins-Escolas João de Deus. Sobre o assunto um periódico local noticiava:

A Escola Infantil ou Jardim-Escola, recebe as crianças de ambos os sexos dos 4 aos 7 anos de idade. É neste período de tempo que a criança recebe as primeiras impressões da vida banhadas pelos primeiros lampejos da realidade. E essas primeiras impressões ficam sempre, jamais são esquecidas. São a base do seu futuro carácter como cidadão, a origem ou causa do seu destino como homem! É portanto o período mais difícil da sua vida, o mais complexo da sua educação. Pestalozzi, o grande pedagogo que impôs leis no seu tempo, dizia: confiai-me a educação das crianças dum povo que eu farei a felicidade desse povo” (“Jardim-Escola João de Deus, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º. 212, 9/3/1916).

Nas reuniões da CECMB também se discutiu a importância do Ensino Infantil, e a formação do Homem Novo. O Presidente pôs em relevo as vantagens da criação de um Jardim-Escola, “as crianças por meio de exercícios e jogos próprios da sua idade, podiam desenvolver-se fisicamente, condição essencial e indispensável para o robustecimento da raça portuguesa”, (*AHCMB*, Lv. 19, 1915:119f),

A educação que as mães davam em casa não era suficiente para formar o Homem que os Republicanos ansiavam, uma vez que estas não se encontravam preparadas e a grande maioria nem ler e escrever sabiam.

...A origem da nossa crise está no lar. E dizemos que está no lar, porque, sendo a mãe a verdadeira educadora, a educadora por excelência, nas tenras idades, a lógica dos factos, insofismável e fria na sua expressão, diz-nos muito claramente que a mulher entre nós não está preparada para a nobre tarefa de esposa e mãe (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º 212, 9/3/1916:2).

A imprensa local desempenhou um importante papel de sensibilização da população sobre os benefícios das crianças em frequentarem o Ensino Infantil, como preparação para a entrada na Escola Primária e o combate ao analfabetismo,

A Escola Primária, recebendo crianças dos 7 aos 14 anos de idade, viciadas e com um carácter verdadeiramente formado pelo influxo educativo do meio em que vive, dificilmente pode corrigi-las em absoluto. É portanto à Escola Infantil, a esse jardim da escola, termo este que tão bem simboliza a sua missão, que está confiada a nobre tarefa, o sublime meio de chegar a fins aproveitáveis e úteis (*Ibid.*).

Na época, realçava-se o facto de Bragança ser a primeira cidade da província a ter Ensino Infantil.

Depois da Comissão da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus estar instalada, efetuou as diligências necessárias para a abertura do Jardim-Escola. Em 22/3/1916, a pedido desta entidade, a CECMB disponibilizou a verba prometida de ajuda para a edificação do edifício. Em dezembro do mesmo ano, a Comissão ainda não tinha recebido a quantia destinada e pedia à Câmara novamente para que lhe fosse entregue. Solicitou também mais apoio uma vez que a crise do País e da cidade era grande e nesse ano os preços subiram 50%, tanto em materiais de construção como em mão-de-obra. A Câmara concordou em ajudar no aumento do dispêndio da obra e comprometeu-se também a custear as despesas com o mobiliário e o material escolar, tudo orçamentado em oitocentos escudos (*AHCMB*. Lv. 20, 1916:109 f e v).

A população ficou na expectativa dos resultados, para obter melhores conclusões sobre a EIB. A este propósito noticiava-se:

Bem merecem todos os encómios os promotores de tão importante melhoramento para Bragança, e de esperar é que a Comissão Auxiliar empenhe todo o seu zelo para que ele se torne em breve uma realidade” (“Jardim-Escola João de Deus, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º. 212, 9/3/1916:2).

Muitas pessoas da sociedade bragançana queriam estar ligadas a este feito de inovação para a cidade.

Para evitar que, a propósito de tão útil melhoramento, os conhecidos intrigantes entendam suas redes, que até agora tem recolhido sem peixe, aqui fica esclarecido que ele se deve unicamente aos esforços da Comissão Auxiliar dos Jardins e Escolas Móveis «João de Deus» nesta cidade” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º.255:1).

O Arquitecto Raul Lino foi o autor do projecto do Jardim-Escola João de Deus de Bragança, à semelhança do que acontecia no resto do País

Tivemos o ensejo de ver a planta elaborada pelo distinto architecto Raul Lino, que é um verdadeiro primor, e assim a construção do edificio, além dos inestimáveis serviços que vai prestar à infância brigantina, muito contribuirá a embelezar o local que lhe for destinado e que parece estar já definitivamente escolhido (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º. 212, 9/3/1916:2).

Faço referência ao projeto do Jardim-Escola João de Deus de Coimbra em 1911 por pensar ser a sua traça foi igual ao projetado para Bragança.

O projecto deste primeiro Jardim-Escola João de Deus resultou do trabalho conjunto de João de Deus Ramos e Raul Lino. Da autoria do primeiro são as bases pedagógicas, as exigências funcionais e de programação e alguns conceitos de estética e inserção urbanística; Raul Lino pertence a concepção arquitectónica, o desenvolvimento do projecto e o desenho do mobiliário. Desta experiência conjunta resultaram os edificios de outros Jardins – Escola como os da Figueira da Foz e Alcobaca (inaugurados em 1914) e o da Av. Pedro Alvares Cabral em Lisboa (aberto em Junho de 1915) (Beja et al., 1985: 86).

A Comissão Auxiliar da Associação depois de ter o Processo e Caderno de Encargos organizado, procedeu à marcação da data de arrematação da obra, cuja base de licitação foi de 7490\$00. Depois de ir a concurso por três vezes, por falta de propostas, apenas foi adjudicada a obra de pedreiro cuja base de licitação mínima foi de 2770\$00, no dia 29/5/1917. Encontrei referências aos anúncios da arrematação publicados no Jornal *Notícias de Bragança* (Ano VI- N.º.259, de 8/2/1917:3, n.º 269, de 19/4/1917:3 e n.º 270, 26/4/1917:2).

O Inspetor Escolar do Círculo de Bragança Augusto Ladeiro era o vogal da Associação e responsável do processo da obra, e de toda a logística. No dia 2/5/1917 enviou um ofício à CECMB (AHCMB, *Lv. de correspondência*, n.º.1050, n.º.6, fls.934), pedindo os 800\$00 que a Câmara havia prometido, tendo dado conhecimento da adjudicação da obra de pedreiro, e que esta, deveria começar ainda no mesmo mês, como os serviços de terraplanagem e abertura dos caboucos, para construção de um muro e outros serviços indispensáveis (AHCMB, *Lv. 20*, 1917:187f). Realizada a arrematação das obras de pedreiro pretendia-se a seguir efetuar a arrematação da obra de carpinteiro

(Jardim-Escola João de Deus, in *Notícias de Bragança*, Ano V, Nº 271, 3/5/1917:2), que não chegou a efetuar-se. Não encontrei qualquer registo ou documento que provasse que as obras de construção do Jardim-Escola João de Deus tivessem sido iniciadas.

As diversas diligências efetuadas para o conseguir não foram suficientes para materializar a sua construção e abertura.

Considerações finais

Em meu entender, várias poderão ter sido as causas da não abertura do Jardim-Escola João de Deus em Bragança. Numa análise superficial, concluo que a causa mais provável, terá sido de ordem financeira devido à crise geral que se desenhava no País, que não possibilitou que o projeto de João de Deus tivesse sido mais que um pequeno eco em Bragança. O facto de o Jardim-Escola ser particular, acarretaria uma maior despesa para as famílias, o que também terá contribuído para o seu insucesso. Terá sido também por este motivo que até 1927 não foi criado qualquer Jardim-Escola João de Deus em Portugal, continuando a existir somente os quatro anteriormente referidos.

A Comissão da Associação de Escolas e Jardins-Escolas João de Deus de Bragança, talvez por conselho de João de Deus Ramos, terá mandado parar a obra como teria feito noutros pontos do País, devido precisamente à falta de apoio do Governo que não conseguiu cumprir os compromissos por falta de verba e também que os apoios municipais não bastavam.

A intenção do Governo em subsidiar a construção de escolas de iniciativa particular, em especial as que se destinavam ao Ensino Infantil que foi regulada pelo Decreto nº 3551, (DG, Nº. 199, de 15/11/1917), ainda não teve aplicação por falta de financiamento estatal, devido às inevitáveis consequências da crise económica do País.

O facto de João de Barros ser o Secretário-geral do Ministério da Instrução Pública, em 1915 e adepto confesso dos Jardins-Escolas João de Deus, terá contribuído para a tentativa de tornar oficiais os Jardins-Escolas João de Deus. O Governo terá perdido este interesse com a saída do Ministério de João de Barros em 1916, afetando assim irremediavelmente a construção do Jardim-Escola em Bragança. Neste sentido, temos de perceber o enorme esforço feito por João de Deus Ramos, bem como dos membros da CECMB e da Comissão da Instalação da Associação, na tentativa de criação do Jardim-Escola em Bragança, devendo entender-se esta questão de uma forma mais alargada, num contexto nacional, e ter-se em linha de conta a quase inexistência e criação de Escolas Infantis em Portugal durante esse período.

Porém, a explicação mais plausível e aquela em que mais acredito parece-me que vai mais além e que está diretamente relacionada com o objeto do nosso estudo que é a EIB, aliada às hipóteses anteriores: Seria ambicioso demais para uma cidade pequena como Bragança promover a coexistência das duas Instituições, uma particular e outra oficial. A particularidade de um dos vogais da associação ser também o Inspetor Escolar de Bragança também poderá ter exercido alguma influência, uma vez que este, ao mesmo tempo, fazia diligências para se abrir a Escola Infantil oficial. Conjeturo que se o Jardim-Escola se tivesse construído e aberto ao público, a Escola Infantil teria deixado de existir em favor deste.

Ao mesmo tempo que se valorizava o Jardim-Escola, valorizava-se também a Escola Infantil que estava a ser criada pela Câmara Municipal. Não posso deixar de concordar que o Jardim-Escola João de Deus contribuiu de forma indireta para a criação da EIB, através da divulgação feita nos jornais da importância e vantagens do Ensino Infantil, e do agitar das consciências das autoridades locais.

Todavia, este projeto não foi em vão pois teve um papel importantíssimo na divulgação da importância do Ensino Infantil em Bragança, e desencadeou o processo que levou à abertura da EIB, dan-

do, assim, oportunidade às crianças Bragançanas de frequentarem esta nova e moderna escola. Fica assim merecidamente com o seu lugar na História da Educação de Infância e esclarecida toda a trama!

Bibliografia e Fontes

- Cardona, Maria João (1991). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial 1834,1990*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, Isabel de Lemos (1996). *A Educação Pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Castanheira, Luís (2006). *A Escola Infantil de Bragança: 1915-1934 Modernidade pedagógica e as 1as. Práticas de Educação de Infância no interior*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
- Castanheira, Luís (2013). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O caso de Bragança (1934-1986)*. Tese de Doutoramento. Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.
- Deusdado, Ferreira (1995). *Educadores Portugueses*. Porto: Lelo & Irmão Editores.
- Dionísio, Sant'Anna (1945). *Jardins de Infância*. Lisboa: Seara Nova.
- Estrela, Maria Teresa (2002). *Investigar em Educação*. Cruz Quebrada: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Ferreira, Maria Manuela (2000). *Salvar Corpos, Forjar a Razão. Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940*. Lisboa Instituto de Inovação Educacional;
- Gomes, J. Ferreira (197). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Gomes, J. Ferreira (1977). *Um projecto de «Escola Infantil» Elaborado por um pedagogo português nos fins do século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras, Imprensa de Coimbra Limitada.
- Kuhlmann, Moysés (2002). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora.
- Sampaio, J. Salvado (1968). O Ensino Infantil em Portugal. *Boletim Bibliográfico e Informativo N.º 8*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Centro de Investigação Pedagógica.
- Saraiva, Glória (2003). *Práticas Educativas nos Jardins Escolas João de Deus: estudo exploratório 1940-1989*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho.
- Urçat, Liliane (1976). *Uma escola Pré Primária*. Lisboa: Livros Horizonte.

Fontes Impressas

Legislação:

- Decreto – (DG N° 25, 3/11/1910);
 Decreto – (DG N° 73, 29/3/1911);
 Programa – (DG N° 198, 25/8/1911);
 Regulamento – (DG N° 198, 25/8/1911);
 Diário do Governo N° 116 – 18/5/1912;
 Decreto n° 134 – (DG N° 216, 15/9/1913);
 Lei 233 – (DG N° 11, 7/7/1914);
 Decreto n° 1843 – 20/8/1915;
 Decreto n° 1843 – 30/8/1915;
 Lei 410 – (DG N° 181, 9/9/1915);
 Lei 449 – 18/9/1915;
 Decreto n° 1927 -2/10/1915;
 Decreto n° 2858 – 29/11/1916;
 Decreto n° 2213 – 10/12/1916;
 Decreto n° 2387 – 12/5/1916;
 Lei 489 – 18/9/1916;
 Decreto n° 2887 – (DG N° 255, 23/12/1916);
 Decreto n° 2947 – (DG N° 11, 20/1/1917);
 Decreto n° 3551 – 15/11/1917;
 Decreto n° 3756 – 16/1/1918;
 Decreto n° 4594 – 13/7/1918;
 Decreto n° 6137 – 29/8/1919

Jornais e revistas

- A Madrugada (1920)* – Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) -XI-3-21;
Concelho de Bragança – (1911)
Escola Transmontana – (1912)
Jornal de Bragança – (1911)

Leste Transmontano – (1920)
Notícias de Bragança – (1912-1917)
Notícias do Nordeste – (1910-1911)
O Bragançano – (1919) – BPMP
O Legionário Transmontano – (1914-1917)
O Montanhês do Norte – (1912-1913)
O Transmontano – (1915-1917)
Pátria Nova – (1908-1915)
Saboreano – (1922)
Terras de Bragança – (1921)
O Transmontano – (1915-1917)

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança (AHCMB):
Atas do Senado da Câmara Municipal de Bragança -*Livro nº1* de 7-08-1913 a 30-11-1921);
Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança: *Livros nº 19 a nº31*